

A Rede de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade/RedesFito sob o olhar da Educação popular: Estudo de caso de Arranjos Ecoprodutivos Locais na Cadeia produtiva de plantas medicinais

The Network of Innovation in Biodiversity Medications-RedesFito: the look of popular education: Case study of Local Ecoproductive Arrangements in the medicinal plants production chain

10.32712/2446-4775.2019.736

Burban, Mélanie¹; Monteiro, Maria da Conceição Nascimento^{2**}.

*Traduzido por Maria da Conceição Nascimento Monteiro

¹Universidade Paris 8, Departamento de Ciências da Educação, 2 Rue de la Liberté, 93526 Saint-Denis, França.

²Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto de Tecnologia em Fármacos- Farmanguinhos, Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde (CIBS), Av. Comandante Guarany, 477, Taquara, CEP 22775-903, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*Correspondência: maria.nascimento@far.fiocruz.br.

Resumo

O desempenho das RedesFito quanto à inclusão social destaca os indicadores de Educação Popular e a análise do diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento acadêmico. Neste contexto, este trabalho teve por objetivo analisar as RedesFito sob o olhar da Educação Popular em Arranjos Ecoprodutivos Locais/AELs na Cadeia Produtiva de Plantas Medicinais nos AEL/Itapeva-Itaberá/SP e AEL/Prado/BA. Discutiu-se as RedesFito no olhar da emancipação e poder de agir dos agricultores locais, que participaram da pesquisa de campo, durante a aplicação da Metodologia da Pesquisa-Ação-participante, com coleta de dados através de entrevistas não diretivas aplicadas aos agricultores, pesquisadores, atores sociais, gestores e representantes de instituições, organizações sociais e empresas. Concluiu-se que a construção dialógica dos saberes, a emancipação, o poder de agir dos agricultores e a cooperação representam os três pilares para a Educação Popular na rede pesquisada. Entretanto, o desafio é a integração dos agricultores produtores de plantas medicinais, como parceiros completos das RedesFito, bem como da Fiocruz, das instituições e empresas públicas/privadas, de governos locais, entre outros. O uso da ferramenta "Observatório Socianalítico" permitiu avaliar os avanços para o conhecimento dos AELs e a criação de parcerias.

Palavras-chave: RedesFito. Arranjos Ecoprodutivos Locais/AELs. Plantas medicinais. Itapeva-Itaberá/SP. Prado/BA.

Abstract

The performance of RedesFito regarding social inclusion highlights the indicators of Popular Education and the analysis of the dialogue between popular knowledge and academic knowledge. In this context, this work aimed to analyze the RedesFito under the perspective of Popular Education in Local Ecoproductive Arrangements/AELs in the Production Chain of Medicinal Plants in AEL/Itapeva-Itaberá/SP and AEL/Prado/BA. RedesFito was discussed in terms of the emancipation and power of action of local farmers, who participated in the field research, during the application of the Action- Participant Research Methodology, with data collection through non-directive interviews applied to farmers, researchers, social actors, managers and representatives of institutions, social organizations and companies. It was concluded that the dialogic construction of knowledge, emancipation, the power of action of farmers and cooperation represent the three pillars for Popular Education in the researched network. However, the challenge is the integration of farmers producing medicinal plants as complete partners of RedesFito, as well as Fiocruz, public / private institutions and companies, local governments, among others. The use of the “Socianalitic Observatory” tool made it possible to evaluate advances in the knowledge of AELs and the creation of partnerships.

Keywords: RedesFito. Local Ecoproductive Arrangements/AELs. Medicinal plants. Itapeva-Itaberá/SP. Prado/BA.

Introdução

Diante dos desafios globais relacionados ao desenvolvimento sustentável, surgem inovações do Núcleo de Gestão da Biodiversidade e Saúde (NGBS), Farmanguinhos/Fundação Oswaldo Cruz, como a constituição das RedesFito - Rede de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade - formada pelos Arranjos Ecoprodutivos Locais (AELs) encontrados nos biomas brasileiros. Esta rede, que teve início em 2009, durante o IV Seminário do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde, foi instituída através da Portaria nº 21 de 30/08/2010, da Diretoria do Instituto de Tecnologia em Fármacos-Farmanguinhos/Fiocruz, na busca de focalizar a implantação de uma economia ecológica, onde a mudança no consumo e produção é defendida.

Em 2006, foi criada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápico (PNPMF) [\[1\]](#) visando o desenvolvimento de novos medicamentos a partir de plantas medicinais, e, portanto, expandir a acessibilidade às pessoas via Sistema Único de Saúde (SUS).

A PNPMF estabelece princípios orientadores que são: (a) Ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); (b) Uso sustentável da biodiversidade brasileira; (c) Valorização e preservação do conhecimento tradicional das comunidades e povos tradicionais; (d) Fortalecimento da agricultura familiar; (e) Crescimento com geração de emprego e renda, redutor das desigualdades regionais; (f) Desenvolvimento tecnológico e industrial; (g) Inclusão social e redução das desigualdades sociais e (h) Participação popular e controle social. As RedesFito baseiam-se em princípios construídos a partir de observação em campo e da identificação do conhecimento tradicional e tácito que dialogam com os conceitos teóricos da inovação em medicamentos da biodiversidade. Nesse sistema social e dinâmico incluem-se os conhecimentos e os serviços integrados às ações das RedesFito,

a construção de saberes e a divulgação e difusão científicas a serem implantados nas diversas redes-bioma. Esses princípios orientam os objetivos mais amplos das RedesFito em busca de desenvolver, através de parceria multidisciplinar, interinstitucional e intersetorial, caminhos viáveis para a obtenção de fitofármacos e fitoterápicos, estabelecendo condições para aumentar a capacidade brasileira na pesquisa, desenvolvimento e inovação em medicamentos da biodiversidade.

É importante sublinhar que desde a criação das RedesFito são conhecidos os avanços ocorridos nos AELs, quanto ao desenvolvimento de ferramentas de gestão, ao estabelecimento de parcerias e na identificação de dificuldades empenhadas nessas ações. As RedesFito se distinguem como uma rede de conhecimento voltada para inovação em medicamentos da biodiversidade onde seu reconhecimento institucional busca caminhos que estejam à altura de suas possibilidades. Os projetos locais lutam a cada dia em busca de autonomia financeira. Os atores buscam juntar experiências em rede, a partir de arranjos ecoprodutivos identificados em cada bioma brasileiro.

Os objetivos das RedesFito refletem a dinâmica de transformação social, econômica, política e ambiental. Nesta perspectiva, a pesquisa de campo realizada com os atores dos AELs nos municípios de Prado, no Extremo Sul da Bahia, e Itapeva-Itaberá, São Paulo, desenvolveu-se em torno do conceito de educação popular e, particularmente, na forma como as RedesFito podem ser pensadas de acordo com este paradigma, visando determinar se essa experiência de rede poderia ser associada a um processo de Educação Popular.

Segundo Villas Bôas^[2] os Arranjos Ecoprodutivos Locais são aglomerações ecoprodutivas, envolvendo agentes econômicos, políticos e sociais da mesma área ou região, realizando atividades econômicas relacionadas, e apresentando ou não articulações consistentes, potencial de interação, cooperação e processo de aprendizado, que permite experiências inovadoras na área de transformação social, e, mais particularmente, de educação popular, que tem na obra “Pedagogia do Oprimido”^[3] um dos principais exemplos, assim como, nesta mesma abordagem Peloso^[4] e Brandão^[5].

A partir de pesquisas bibliográficas fundamentadas^[5,6,3], a Educação Popular é definida como um processo de construção dialógica do conhecimento com o propósito de emancipação e transformação social, econômica e política da sociedade. A definição de Educação Popular não é uma tarefa fácil, sempre evoluindo na história, no tempo, no espaço e nos atores que a carregam e a fazem viver. Longe de dar uma definição exaustiva, que de outra forma não existe, as diferentes contribuições bibliográficas permitem lançar uma apresentação da Educação Popular por meio de certos indicadores, que, em conjunto, constituem uma base para sua implantação. Dessa forma, neste trabalho, a Educação Popular está fundamentada a partir dos indicadores teóricos e metodológicos^[7], cuja abrangência envolve os setores populares, classes populares da sociedade, movimentos sociais, movimentos de alfabetização e aqueles que resistem a dominação capitalista. É, portanto, nesse contexto onde estão inseridos os AELs presentes nos biomas brasileiros.

No universo da Educação, uma metodologia de coleta de dados qualitativos que pode ser aplicada com sucesso, o qual vai desde o início até o final do processo, é a Pesquisa-Ação-Participante^[8-11], fundamentada e aplicada em trabalhos apresentados^[12].

A observação participante permite pesquisar um rico material, em um período que seja suficiente tanto em dados quanto em gravação, a partir da abordagem qualitativa. A observação participante pode ser entendida como um estilo de pesquisa ou mesmo como um contexto, onde se utilizam técnicas e procedimentos de coleta de dados. A observação participante é uma forma de pesquisa de campo que coloca o pesquisador no centro do ambiente que ele está pesquisando, ou seja, o pesquisador faz uma imersão total, de longo prazo na sociedade que ele está estudando.

Em deslocamentos nos dois AELs tanto na região da Bahia quanto de São Paulo foram permitidas imersões nesses projetos para realizar as observações participantes, as quais tiveram duração de um mês cada uma. Graças a essas imersões foram observadas as trocas de saberes entre os atores; os impactos sociais associados às RedesFito; os impactos nas práticas cotidianas e a repercussão na forma de produzir as plantas.

“A Observação Participante foi reconhecida como técnica de pesquisa no âmbito acadêmico-científico nos primeiros anos do século XX, a partir do trabalho de campo desenvolvido entre 1914 e 1918 por Malinowski. Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar... entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento” ^[13].

No contexto deste trabalho, avaliar uma Rede e seus AELs pelo uso da Pesquisa participante/Observação participante e sob o olhar da Educação Popular, é de fundamental importância para o processo de construção coletiva da sustentabilidade, em todos os aspectos, e consoante aos princípios apontados na PNPMF.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as RedesFito sob o olhar da Educação Popular em Arranjos Ecoprodutivos Locais na Cadeia Produtiva de Plantas Medicinais.

Material e Métodos

Este estudo foi elaborado com base em pesquisa exploratória para análise descritiva do funcionamento das RedesFito, utilizando-se a metodologia de Pesquisa Ação e Observação Participante, com aplicação de entrevistas não diretivas. Foi permitido aos entrevistados falar livremente, embora o tempo entre pergunta/resposta tenha sido respeitado, a partir da escuta dos atores dos Arranjos Ecoprodutivos Locais/AELs, realizado nos dois municípios cujos contextos estão apresentados a seguir.

A primeira pesquisa de campo ocorreu em Prado, Extremo Sul da Bahia, que faz parte do rol dos municípios dos projetos na área. Desde 2013, o NGBS/Fiocruz vem desenvolvendo o projeto "Saúde e Plantas Medicinais em Sistemas de Produção Agroecológica no Extremo Sul da Bahia", agregado a um projeto mais global de implantação participativa dos sistemas agroflorestais em cinco assentamentos do Movimento Social de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), distribuídos em vários municípios do Extremo Sul da Bahia, e em conexão com diversos parceiros. Nessa parceria estão: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/Universidade de São Paulo-USP), o MST através da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto e a empresa Fibria Celulose S.A. (FIBRIA), proprietária e operadora de plantações de eucalipto no território do projeto. O NGBS, que gerencia as RedesFito, desenvolve o projeto "Plantas medicinais e os medicamentos da biodiversidade nos sistemas produtivos agroflorestais".

A segunda pesquisa de campo ocorreu em um AEL de plantas medicinais e fitoterápicos no território da Fazenda Pirituba II, ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, em Itapeva-Itaberá, São Paulo. Nesse território foi criado em 2009, a Cooperativa de Produtores de Plantas Medicinais (COOPLANTAS). O objetivo da parceria entre o MST e a COOPLANTAS foi favorecer a assistência à saúde a partir das plantas medicinais, em postos de saúde municipais, através da implantação de uma Farmácia Viva e da delimitação de uma área de produção de misturas de plantas medicinais na cooperativa. Essa parceria permite, também, o fornecimento do que é produzido à cooperativa, fortalecendo, assim, a sua estrutura, para que as agricultoras possam encontrar sua autonomia financeira, ou seja, a liberdade de produzir e distribuir produtos à base de plantas medicinais, a partir do cultivo agroecológico e de colheita sustentável. Entende-se autonomia financeira a posse ou propriedade da terra, acesso a água, sementes, mudas e pessoal capacitado para desenvolver as etapas de cultivo e colheita. Inclui-se na autonomia financeira a capacitação, construção de conhecimento, disponibilização de infraestrutura tecnológica e os equipamentos de trabalho. Cumpre ressaltar que, na verdade, os AELs não se organizam somente a partir da utilização desses recursos financeiros, materiais e humanos, mas principalmente da capacitação de equipes especializadas, cumprimento das legislações e dos princípios de sustentabilidade.

Para analisar as RedesFito sob o olhar da Educação Popular, foi necessário avaliar o desempenho das RedesFito quanto à inclusão social pelo olhar dos agricultores a fim de identificar os indicadores de Educação Popular. Outro passo, foi analisar o diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento acadêmico a fim de discutir as RedesFito como forma de emancipação e do poder de agir dos agricultores.

As técnicas de observação participante ^[14] e entrevistas não diretivas ^[6] aplicadas aos diferentes atores, nos dois municípios, visaram descrever e acompanhar fatos e discursos coletados sobre transformação social, econômica e política.

Para o registro da coleta de dados da observação participante utilizou-se o diário de campo, onde foram descritos o conhecimento sobre as plantas e as diferentes fases das atividades desenvolvidas.

O tipo de análise realizada foi a análise qualitativa. Cada entrevista foi sintetizada de acordo com a ordem lógica dos pontos abordados por cada um dos entrevistados assim como as observações foram ilustradas, visando alcançar os resultados. Depois de revisar os resumos das entrevistas e os registros das observações participantes, foram identificados temas comuns. O material foi categorizado à luz dos indicadores da Educação Popular, retirados de fontes bibliográficas ^[3,5,8-12,7]. Na análise das entrevistas e das observações participantes foram identificados diferentes pontos-chave presentes na Educação Popular. Numa abordagem dialética, alguns temas foram categorizados como objeto de contradições, divergências ou obstáculos à implantação de um indicador de Educação Popular. Essa abordagem dialética permitiu identificar o que contribui para uma abordagem de Educação Popular na rede, mas também as dificuldades de sua implantação. Foram destacados temas extraídos de entrevistas, bem como das observações participantes: transformação social, política e econômica; cooperação, construção dialógica dos saberes; poder de agir; práxis; confiança; dinâmica política, entre outros. Na análise dos dados de campo, coletados em entrevistas e em observação participante, destacaram-se indicadores, a partir de fatos, comentários e diálogos que se revelaram nesta pesquisa, em transformação social, econômica e política; em práxis a partir da construção do conhecimento dialógico, emancipação social, poder de agir, cooperação; confiança e do caráter político emergente.

A técnica de entrevista foi aplicada aos agricultores, pesquisadores, atores sociais e gestores das RedesFito, com a participação de representantes de algumas instituições, organizações sociais e empresas como: Núcleo de Gestão da Biodiversidade e Saúde (NGBS/gestor das RedesFito), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, empresa Fibria Celulose S.A. (FIBRIA), proprietária e operadora de plantações de eucalipto no território do projeto e a Cooperativa de produtores de plantas medicinais/Itapeva-Itaberá/São Paulo (COOPLANTAS). O critério de seleção para a escolha dos participantes referiu-se ao seu papel chave na pesquisa, na vinculação do participante com as RedesFito, pela função que ocupa e por sua experiência profissional. A coleta de dados em Prado/BA ocorreu em maio/junho/2016 e, em Itapeva-Itaberá/SP–junho/julho/2016. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em Pesquisa, segundo a Resolução 466/2012.

As entrevistas não diretivas foram gravadas utilizando-se as seguintes questões disparadoras:

(a) *“Qual a sua função no NGBS?”*

(b) *“Quais as atividades que você desenvolveu ou desenvolve até hoje nas RedesFito?”*

(c) *“Como você vê o papel dos agricultores que trabalham com as Plantas Medicinais nas RedesFito desde sua criação até hoje?”*

(d) *“Qual seu trabalho no Arranjo Ecoprodutivo Local?”*

(e) *“Você que pertence às RedesFito diga-me como você vive esta rede?”*

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê em Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, sob o Protocolo Nº do CAAE 54291116.2.0000.5240.

Resultados e Discussão

Os dados das entrevistas e da observação participante, coletados durante a pesquisa de campo nas RedesFito, Itapeva-Itaberá/São Paulo e Prado/Sul da Bahia, foram analisados sob o olhar da Educação Popular. Nos resultados apresenta-se a construção dialógica dos saberes sobre as plantas medicinais e o processo transdisciplinar presentes nas relações de poder. Em muitas entrevistas observa-se que essa nova visão de conhecimento emerge como paradigma de agir e de pensar as RedesFito. Deu-se ênfase na cooperação e nos conflitos como elemento motor para a construção dialógica. Esses dados foram analisados, a partir de temas e categorias identificados nos discursos dos atores sociais implicados nesta pesquisa, à luz do conhecimento popular e do conhecimento científico.

Os resultados estão apresentados juntamente com a discussão da literatura onde os temas da complexidade, transdisciplinaridade, construção dialógica dos saberes, participação popular e coletiva e a institucionalização de saber popular asseguram a discussão à luz do referencial teórico. As três categorias utilizadas na análise dos dados, as quais foram recortadas no trabalho de campo estão apresentadas a seguir: 1. Em busca do saber durante a construção dialógica nas RedesFito; 2. As RedesFito como forma de reforçar o poder de agir e de emancipação dos produtores e produtoras; 3. Da cooperação ao conflito como elemento motor. São

indicadores que asseguram a presença do objetivo de transformação social, econômica e política a partir da construção de saberes e da confiança no caráter político que emerge das práxis.

Em busca do saber durante a construção dialógica nas RedesFito

Diante da complexidade do mundo e suas interações, o núcleo de pesquisadores e gestores das RedesFito perceberam a necessidade de trabalhar sob um novo paradigma de conhecimento: a transdisciplinaridade [16]. Trabalhar a partir de uma nova abordagem constitui um desafio para colocar em prática a inovação em fitomedicamentos, pois essa difere do protocolo clássico de ciência. De fato, a construção das RedesFito insere-se na abordagem transdisciplinar, produzindo conhecimento sobre medicamentos da biodiversidade sem dividi-los em disciplinas, mas implementando-os como um todo, em um processo dialógico [5], onde as ciências humanas e as ciências "exatas" dialogam e englobam a problemática dessa rede em seu todo. Colocar em ação uma abordagem transdisciplinar faz parte da construção dialógica dos saberes das RedesFito, uma vez que eles ultrapassam e atravessam as disciplinas e reconhecem o conhecimento e a prática populares permitindo construir um novo saber sobre plantas medicinais. Na continuidade desta abordagem, as RedesFito se reconhecem na teoria da complexidade [17], defendendo a multidimensionalidade dos seres e das coisas, quebrando as barreiras que separam as diferentes disciplinas e os diferentes saberes, levando constatar que cada pessoa tem seu lugar de estudioso e outras vezes de leigo.

Esta teoria da complexidade de Morin permite reduzir as relações de poder ao romper a hierarquia do conhecimento, onde cada saber tem sua importância. No entanto, trabalhar em uma abordagem transdisciplinar exige constantemente uma readaptação de cada ator para ir além do seu "território" disciplinar. Fato observado durante uma entrevista, onde um profissional do NGBS falou sobre a dificuldade de um sistema muito linear e de um saber muito fragmentado, que cria relações de poder. Entende-se que a interdisciplinaridade seja uma forma de superar a fragmentação de saberes e minimizar as relações de poder [17]. Na prática institucional, observa-se, por exemplo, que as mudanças que estão ocorrendo no Sistema Único de Saúde (SUS), nos últimos trinta anos, levam em conta a abordagem interdisciplinar, particularmente com as plantas medicinais, pois o uso dessas plantas sempre fez parte das práticas da população brasileira [18], especialmente na área rural, embora nem sempre tenha sido reconhecida pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Nesse contexto, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos de 2006 (PNPMF) [1] admitiu essa tendência interdisciplinar ao integrar oficialmente esse saber tradicional e essa prática ao compromisso nacional do reconhecimento do saber popular e dos benefícios das plantas medicinais para a saúde, ao mesmo tempo em que é dada maior atenção ao uso sustentável de plantas medicinais e da biodiversidade brasileira [19].

As pessoas pesquisadas nos AELs, ou seja, os atores sociais, mateiros e agricultores que utilizam as plantas medicinais para cuidar da saúde, permitiram a institucionalização do saber popular e de práticas na política de saúde pública, o que representa um forte símbolo de reconhecimento. Segundo elas, o SUS transmitia uma imagem negativa dos fitomedicamentos. Esta mudança é a prova dessa transformação. Em Itapeva (SP), o AEL de produção de plantas medicinais é gerido pela Secretaria Municipal de Saúde que vai construir uma "Farmácia Viva" em sua área, incluindo plantas produzidas pela COOPLANTAS. Essa iniciativa do projeto, com a instalação dessa Farmácia Viva, evidencia um desejo, mas, também, uma ação

das instâncias do SUS, para que a prática com plantas medicinais faça parte dos meios de prevenção e dos cuidados disponíveis aos pacientes. De fato, para identificar as plantas medicinais que seriam dispensadas nessa farmácia, uma pesquisa etnobotânica foi realizada com dezenas de pessoas do território, a fim de identificar as plantas e respectivos usos que serviriam, contribuindo assim com o saber coletado sobre suas plantas.

Portanto, através da inclusão do saber e das práticas populares das plantas medicinais no SUS [20], instaurou-se um diálogo entre o saber científico e o saber popular a pedido da ciência que considera outros conhecimentos para enriquecer a gestão da saúde da população brasileira.

No projeto do sul da Bahia, este diálogo de saberes adquire formas diferentes, em parte, impulsionada pela Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, do MST, para a qual o processo dialógico é essencial. A educação dialógica é aquela onde se dialogam com os saberes. Não é somente a troca para que um tenha o saber do outro, mas também desenvolver um novo conhecimento possível para a discussão [16]. Ultrapassar essa maneira de funcionar e seguir em direção a mais diálogo e à cooperação com as comunidades foram desafios que os parceiros enfrentaram com sucesso. Anteriormente, alguns parceiros acadêmicos, principalmente a Fiocruz, chegavam com os programas pré-estabelecidos. Hoje, considera-se que a realidade das comunidades está mais propensa para a construção coletiva nas diferentes etapas do projeto. Este processo se concretiza igualmente quando a entrevista etnobotânica é realizada por uma Bióloga nas comunidades rurais do projeto. A coleta de plantas não é uma etapa solitária do Biólogo, mas se torna um momento real de compartilhar o conhecimento em torno das plantas. Cada coleta do projeto foi acompanhada pelo informante/mateiro da comunidade em questão, visando encontrar plantas específicas e, também, de uso por outros habitantes da comunidade. É um diálogo que se instala e que as pessoas das comunidades relatam seu conhecimento sobre as plantas e o que eles percebem quando a Bióloga compartilha igualmente o seu saber. Quando as entrevistas foram realizadas, muitos agricultores destacaram com entusiasmo essa interação dos saberes no projeto. Assim, numa escala mais ampla, esse fenômeno permite uma tomada de consciência e de conhecimento de outros saberes, especialmente para o saber científico, quanto à existência e ao valor à altura do seu, do saber popular.

A construção dialógica do saber constitui um pilar da educação popular, permitindo romper com uma hierarquização dos saberes, nos quais se esconde finalmente uma organização hierarquizada da sociedade, criando relações de poder entre os grupos sociais. Embora o desafio das RedesFito seja desenvolver a rede através da cooperação e da participação popular [6], essas relações de poder também são vistas na rede. A participação popular é um dos componentes das RedesFito onde cada ator local participa na elaboração dos projetos. No entanto, algumas vezes esse envolvimento pode ocultar uma relação paternalista entre parceiros, especialmente os técnicos em torno das comunidades rurais, os quais elaboram em seus escritórios algumas propostas técnicas para, em seguida, submetê-las aos agricultores, visando mantê-los em suas mãos e dando suas orientações.

Em reunião sobre o projeto em andamento no extremo sul da Bahia, foram feitas apresentações sobre a implantação coletiva da produção das plantas medicinais de cada comunidade, e da criação dos jardins individuais e hortas de quintais. Todos os atores estavam presentes, numerosos agricultores, assim como diferentes parceiros através de seus representantes. Essas propostas foram elaboradas e apresentadas por dois parceiros. Cada parceiro sublinhou de maneira insistente, próximo aos membros das comunidades presentes, que se tratava de proposições e que, então, eles esperavam suas opiniões para legitimá-las.

Mas finalmente, observou-se pouco diálogo, somente alguns agricultores deram suas opiniões, resultando numa discussão concentrada entre os especialistas (agrônomos, biólogos, etc.). Isso ocorreu porque os técnicos apresentaram seus projetos de forma muito precisa e técnica deixando pouca margem para discussão com os agricultores, que se viram diante de um discurso científico, que eles desconheciam. Além disso, as comunidades, às quais são destinados esses projetos de produção de plantas, ou seja, de construção de jardins e de hortas de quintal, elas não participaram da construção da proposta. Assim, é bom ressaltar que em uma iniciativa de Educação Popular, os agricultores de comunidades, onde jardins e hortas seriam implementadas, através dos projetos, não teriam somente que dar sua opinião, mas participar com os técnicos da construção dos projetos e dos dois canteiros/jardins apresentados.

Na continuidade dessa iniciativa, teria sido interessante colocar palavras na falta de diálogo, evitar a problematização [6], e criar a necessidade de diálogo com os próprios agricultores em torno desse silêncio e de suas origens. Embora o diálogo que emerge entre produtores, produtoras e parceiros especializados em rede tem uma tendência internalizada do especialista em "pensar por" e não "pensar com", o que para os agricultores permanece latente. A vontade dos atores em participar das propostas que a equipe técnica elaborou é fato, mas a real participação não consiste unicamente em dar sua opinião sobre uma proposição já construída e cheia de saber popular. Havia uma vontade, das partes interessadas, de participar das propostas, construindo com os técnicos que as desenvolveram. Porém, a participação real não consiste apenas em dar uma opinião sobre uma proposta já construída, mas integrar o conhecimento popular nessa construção.

Através do paradigma da Educação Popular, na busca de integrar o conhecimento popular nessa construção, a percepção da incapacidade das comunidades ou dos agricultores em elaborar suas proposições com base em sua realidade está emergindo. Assim como, em certas situações de "participação popular", "os simples" cidadãos não teriam competências para deliberar e tomar as decisões corretas [21]. O que resta no primeiro estágio de participação, que consiste em informação ou formação, é a consulta sobre o projeto já construído.

Dessa forma, explica-se claramente o paradoxo existente nas atuais Políticas de Saúde Pública no Brasil [20], pois, se por um lado, elas reconhecem o saber popular das plantas medicinais e desejam contribuir para o seu "resgate", pela via do seu protocolo, esse saber somente será válido se existirem provas científicas e se eles estiverem de acordo com as normas e com a utilização de métodos seguros, para que esta cultura seja válida, tanto em seus efeitos quanto nos modos de utilização, serão necessários muitos séculos de utilização por essa comunidade. Alguns produtores entrevistados têm a impressão de que a ciência aprofunda seu conhecimento e se permite o direito de institucionalizá-lo de acordo com os códigos científicos. Somente a validação do conhecimento popular revela-se uma etapa indispensável para inserir as plantas medicinais no SUS e, de forma mais ampla, a sua comercialização.

A verificação científica de plantas medicinais permite atingir o maior número delas e é exigido por vários atores das RedesFito, devido à questões da identificação precisa de plantas e de seus benefícios e, bem como, a garantia de qualidade assegurada por diferentes parceiros. Essas observações diferentes colocam em evidência uma lacuna entre os discursos dos pesquisadores do NGBS, colhidos durante as entrevistas, onde o agricultor é considerado o "primeiro elo da cadeia", como "elemento fundamental", com "conhecimento indispensável" e a realidade do campo. Embora exista um diálogo entre os diferentes atores da rede, inclusive com os agricultores, ainda persistem situações em que esses atores se sentem lesados,

colocam de lado a elaboração dos projetos que lhes são diretamente concernentes, igualmente, recolocam em questão a validação de seu conhecimento para a ciência.

As RedesFito como forma de reforçar o poder de agir e de emancipação dos produtores e produtoras

As RedesFito são constituídas de AELs que, em alguns casos, já existiam na rede. A rede apoia, frequentemente, as iniciativas locais e participa para reforçar a emancipação do poder de agir dos agricultores e agricultoras que trabalham com as plantas medicinais e que estão subordinadas a várias questões. Estes AELs são todos desenvolvidos de acordo com o modelo agroecológico que garante mais sustentabilidade e inclusão social. De forma geral, a Agroecologia encontraria seu lugar em um debate sustentável, mais amplo em torno do desenvolvimento de medicamentos à base de plantas medicinais para atender o SUS, na atenção básica, com equidade. A Agroecologia é definida, como uma ciência que vem da fusão entre Ecologia e Agronomia. Foi assim designada pelos pesquisadores que desejam dar uma visão mais ecológica à agricultura, diante da modernização daquela que provoca desgastes técnicos e ao meio ambiente [22]. Mas na verdade, os conhecimentos dos agricultores foram colocados de lado e denegridos pela ciência e pela ideologia do modernismo [22]. Isto permitiu um novo modelo, chamado hoje agronegócio, que se impôs diante da agricultura familiar.

Segundo os membros do NGBS, as RedesFito buscam o contrário, sair desse modelo agrícola de agronegócio, que se situa em oposição à agricultura, através da sustentabilidade ambiental e da população, que tem respeito pelo conhecimento popular [23]. Um membro da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta apoia esta proposta, colocando como um dos objetivos da escola: que todo mundo possa ter acesso a uma alimentação saudável, qualidade de vida e formas políticas para enfrentar a hegemonia do agronegócio que abandonou o meio rural e está em oposição ao modelo agroecológico com os quais eles trabalham [23]. Assim, a agroecologia possibilita maior autonomia para os agricultores que utilizam o ecossistema no qual eles vivem e fornecem aquilo que é necessário à produção, acabando com a dependência dos *inputs* de sementes que produzem o modelo de agricultura intensiva. Por outro lado, os produtores rompem também com a ideologia que apoia o agronegócio onde o rendimento é pesquisado a todo custo, sem compromisso com a equidade e sustentabilidade. Assim, a agroecologia, no seu caráter técnico, social e político, permite ultrapassar da teoria da educação popular para se colocar na prática efetiva da realidade de pequenos produtores. Através de suas experiências, de suas práticas agrícolas, de sua ligação com a natureza, das experiências de trabalho realizadas anteriormente, um espaço de diálogo pode ser criado em torno das relações de dominação e de oposição plural, depois singular, às quais permitiram a reflexão e o reforço de novas concepções do mundo, novas formas de luta e de enfrentamento às dominações presentes no espaço rural [23]. Ao mesmo tempo, destaca-se a participação das RedesFito no extremo sul da Bahia, cujo projeto foi acompanhado de um diagnóstico sobre a saúde da população local e, em paralelo, foi implantada a produção de plantas medicinais.

Em cada comunidade foram nomeados ou eleitos os agentes de saúde, beneficiados com uma formação oferecida pela Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP/Fiocruz. De fato, tratava-se de pessoas parceiras da comunidade, não eram pessoas externas, e estas conheciam as questões de saúde da comunidade, assim como tinham o diálogo e a compreensão da realidade local, necessárias para se alcançar o desdobramento desse diagnóstico, permitindo a análise dos problemas de saúde mais frequentes na região.

A produção local de plantas medicinais nas comunidades foi adaptada à prevenção e ao tratamento das doenças mais frequentes. Em vários aspectos a implementação desse projeto permite superar as carências do SUS nas zonas rurais da região, seja em termos de infraestrutura, de custo ou de direito. Esta segunda parte do projeto de saúde, implantado na Bahia e conduzido pela Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP, permite igualmente propor formações em torno dos direitos à saúde nas comunidades rurais que, frequentemente, não têm esse conhecimento e nem o respeitam [23]. Para muitos agricultores e agricultoras entrevistados, o conhecimento e o uso ampliado das plantas medicinais desses projetos permitem ter uma solução alternativa colocada à disposição pelo SUS, possibilitando maior liberdade aos usuários na escolha de sua prática.

De forma geral, as pessoas entrevistadas nas regiões da Bahia e de São Paulo estão na pesquisa em busca de uma forma mais saudável de se cuidar. O uso das plantas medicinais é visto por alguns como uma forma de melhorar a qualidade de vida [22]. Trata-se igualmente de uma tendência atual de resgatar o saber popular, de fazê-lo reviver para encontrar mais autonomia na saúde e para ter sua própria farmácia no quintal [22]. Esta autonomia permite igualmente se cuidar, apesar da falta de meios econômicos de certas famílias, para obter os medicamentos prescritos pelos médicos, embora a dispensação pelo SUS, nem sempre é de forma gratuita [24].

Não obstante, apesar do uso das plantas medicinais terem sido uma prática frequente para se cuidar no Brasil, hoje muitas famílias têm recorrido aos medicamentos farmacêuticos, deixando pouco a pouco a cultura popular se apagar. A confiança dada aos medicamentos alopáticos e, principalmente, da indústria farmacêutica não é absoluta para os agricultores. Muitos deploram seus efeitos potencialmente nocivos para a saúde [25]. Além desta crítica sanitária, a falta de ética e de qualidade na indústria farmacêutica é igualmente pontuada a dedo. A indústria é acusada de pesquisar e beneficiar somente em detrimento do bem-estar da população e de não trabalhar no sentido de colocar à disposição medicamentos necessários à população através do SUS. As empresas farmacêuticas são alvo de numerosas críticas há mais de quarenta anos, sejam elas sobre a comercialização de produtos perigosos, à supermedicalização ou ao abandono de pesquisas pouco lucrativas [26].

De acordo com as proposições coletadas de vários profissionais da equipe do NGBS, a luta contra a indústria farmacêutica para implantar os medicamentos à base de plantas medicinais, como alternativa de tratamento para a população, é áspera e sempre presente [22]. Segundo atores do NGBS, embora haja a crítica à indústria farmacêutica na rede, a industrialização na cadeia produtiva de plantas medicinais tornou-se essencial para sua sobrevivência. Na verdade, ela permitirá desenvolvimento local, a partir da transformação que gere salários e empregos aos atores envolvidos. A integração das plantas medicinais no SUS é também uma oportunidade nova na forma de produzir os medicamentos e de romper com os vícios das indústrias farmacêuticas. É, também, uma nova forma de divulgar o saber popular, possibilitando que os cidadãos, eles mesmos, possam cultivar as plantas para serem utilizadas no tratamento da população brasileira, no âmbito da saúde geral [22].

A industrialização dos medicamentos da biodiversidade permite igualmente diversificar os produtos propostos para a população, destacando seu caráter ecológico, não para beneficiar o mercado, mas a sociedade [23].

No projeto de Itapeva/SP observou-se, também, que as RedesFito contribuem, junto aos agricultores da COOPLANTAS, especialmente as mulheres, a lutarem contra o preconceito de gênero. Na verdade, a partir

do momento em que as agricultoras da COOPLANTAS se organizaram em cooperativas, muitas pressões e discriminações surgiram.

No meio rural brasileiro, o fato de querer participar de uma organização ou de um movimento social, exige muita determinação das mulheres, porque além da dificuldade comum a todos do meio rural, as mulheres sofrem da dupla estigmatização por ser mulher naquele meio. Sua participação como trabalhadoras é frequentemente desvalorizada e a oposição dos familiares diante de sua autonomia são exemplos daquilo que as mulheres vivem no seu cotidiano ^[27]. Assim, a Cooperativa representa muito para as mulheres que ali trabalham. Na verdade, o cooperativismo permite a essas mulheres sair da esfera doméstica, a qual elas são culturalmente afetadas, para ter um vínculo social, e adquirir autonomia financeira e autoestima. Hoje, na esfera doméstica, as questões mudaram muito entre as mulheres. Elas não assumem mais sozinhas as tarefas diárias, porque elas vão trabalhar fora. O marido deve igualmente participar das questões da casa.

As entrevistas, as discussões e as observações realizadas no núcleo da COOPLANTAS revelaram que as parcerias desenvolvidas com atores externos, principalmente aqueles do AEL das RedesFito, permitiram às agricultoras ganharem reconhecimento e credibilidade. O fato de elas terem ao seu lado parcerias como da Fiocruz e da Secretaria Municipal de Saúde reforçou a Cooperativa, dando ênfase ao apoio das instituições públicas nessa iniciativa. Por perseverança, elas obtiveram o reconhecimento sobre a produção de plantas medicinais, na difusão de suas atividades, na divulgação do seu conhecimento nas feiras, nos mercados e em outros espaços de venda.

Segundo a presidente da Cooperativa, essa atividade feminina tem três funções principais. A primeira é a visibilidade e a continuidade da luta histórica das mulheres da região de Itapeva, iniciada há vinte anos. A visibilidade das experiências locais permite reforçar a identidade da Cooperativa. A segunda é o potencial desenvolvido na autonomia e liberdade na vida política, graças à agroecologia que engloba a valorização do conhecimento construído durante a prática das agricultoras. Enfim, a terceira função é a importância do conhecimento desenvolvido pelas mulheres, assim como a inovação que elas evidenciam para articular suas atividades em torno da cooperativa, de seus lares, de seus rendimentos, de seus quintais, em busca de melhor qualidade de vida ^[28]. Por sua vez, a participação dos agricultores e agricultoras possibilita uma produção coletiva do conhecimento sobre as plantas medicinais, assim como da agroecologia, saúde, relações de gênero, o que lhes permite enfrentar as opressões, as quais são submetidas no cotidiano.

As RedesFito apoiam as iniciativas locais, a aquisição do poder de agir e de emancipação na condição de trabalhador rural. Por meio de parcerias, a rede reforça o trabalho dos agricultores por mais autonomia e conscientização dos desafios vinculados às suas atividades, contribuindo para se ter uma Cooperativa em pleno desenvolvimento.

Da cooperação ao conflito como elemento motor

As RedesFito trabalham em torno de diferentes atores e atividades. Esta particularidade sublinhada pelos membros do NGBS leva a pensar a rede sob uma forma cooperativa, a fim de desenvolver uma ação coletiva significativa na inovação em medicamentos da biodiversidade. A cooperação, frequentemente colocada em oposição com a competição, tende a se reaproximar da educação popular através do seu objetivo relacionado ao interesse geral, considerando cada um individualmente, tendo na construção coletiva, um contra modelo da lógica competitiva ^[29]. A cooperação é uma das linhas de ação das RedesFito

e destaca essa rede como sendo da sociedade e não centralizada em um pequeno grupo de atores. Os parceiros envolvidos em projetos locais, que tentam se colocar em movimento, enfrentam os obstáculos e as complicações para estes se tornarem mais fáceis. Uma das chaves para reforçar os processos cooperativos é esta, a da âncora territorial, que permite encontrar os parceiros em nível local, a fim de que a rede se implante entre suas mãos.

As RedesFito inserem regularmente novos parceiros locais ou nacionais para se desenvolver e diversificar suas experiências, mas, também, para ser mais forte diante das barreiras que podem vir em direção ao seu encontro, como a burocracia e a legislação. As RedesFito permitem uma aproximação de pessoas tornando esses processos mais simples, a fim de diminuir a temporalidade da cadeia de produção de Fitomedicamentos [26]. Além desse aspecto, o parceiro da cooperação age em uma dinâmica de ação coletiva, enquanto está sendo composta de atores individuais, cada um com sua especificidade. O encontro com outros atores parceiros permite questionar seus valores e as ações implantadas por cada um e de se fortalecer, graças a este questionamento permanente.

Contudo, para um membro do NGBS, os objetivos individuais de cada parceiro não são priorizados na rede, pois a demonstração de interesse individual leva à desestabilização de objetivos coletivos, prejudicando avançar com eficácia a decisão coletiva. Na verdade, para haver cooperação é preciso minimizar as individualidades para que cada um possa encontrar aquilo que procura na parceria. Assim, é preciso que cada um expresse a mais-valia presente na rede [30].

No projeto da Bahia, apesar do desejo de cooperação, o discurso não correspondeu à realidade do parceiro. As parcerias têm tempo de serem efetivadas, no entanto, cada ator revisava suas ações de forma individual, ao invés de procurar a convergência. Diante desta constatação, os atores da rede no extremo sul da Bahia decidiram intensificar as reuniões do colegiado para alinharem as atividades e manterem-se informados, reforçando seu processo cooperativo. Todas as parcerias desenvolvidas nas RedesFito baseiam-se nos arranjos ecoprodutivos locais, sendo assim, a dimensão territorial é uma característica importante porque cada projeto possui suas próprias particularidades. Destaca-se que somente as proposições do NGBS apresentam essa característica – a da territorialidade. De fato, sua concretização é mais difícil de ser implantada nos AELs. A partir de algumas observações e discussões com os atores locais e membros da equipe do NGBS, percebe-se que a presença do NGBS, mesmo virtual e à distância, é muito pregnante nos projetos. Embora considere a perspectiva da cooperação e da horizontalização, o núcleo é considerado como o principal ator que orienta as ações.

Efetivamente, as posições de diferentes parceiros podem ser ambíguas, revelando que o projeto não parta da população local, mas da iniciativa de um grupo representando a Fiocruz. Este grupo tem um papel de coordenação e de centralização dos projetos, posicionando-se como ator «responsável». A iniciativa vinda de uma instituição pública facilmente pode ser vista como autoritária. Os atores têm dificuldades de se apropriar do projeto, apesar do seu engajamento como parceiro e de assumir as iniciativas. No olhar de representante do NGBS, os projetos são ainda excessivamente centralizados no núcleo. Estes exemplos mostram que a cooperação está ainda em construção nas RedesFito. O desafio se encontra, principalmente, no jogo local e na aproximação dos diferentes parceiros para consolidar esta cooperação e que os atores conheçam o território e sua realidade. Por isso, o elemento fundamental situa-se no desafio da confiança mútua, algumas vezes prejudicada, embora para a maioria dos atores ela seja vista como essencial à parceria.

De fato, conforme as premissas da construção das redes locais, muitos parceiros desconfiavam uns dos outros, principalmente, no caso «*a priori*» das experiências passadas. Isto criou um conflito real e dificuldades de avançar coletivamente. Quanto à organização da rede, os parceiros aprenderam a se conhecer e ter mais confiança entre si o que lhes permite dialogar e ouvir mais facilmente.

No extremo sul da Bahia, além do interesse de todos os parceiros nas plantas medicinais, os atores se identificam com o objetivo comum de reforçar o poder de ação das comunidades e isto fortaleceu sua confiança. No entanto, eles nem sempre confiam em pessoas externas que vêm buscá-los para construir um projeto, devido a uma história de parcerias erradas. No extremo sul da Bahia, as comunidades que faziam parte do projeto de plantas medicinais não acreditavam que o projeto estava ocorrendo e emergiu um sentimento de desconfiança. Paulo Freire [25] ilustra perfeitamente esta situação vivida por famílias desiludidas com projetos que não se concretizam e que muitas vezes foram desenvolvidos sem sua participação. Hoje, os atores externos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST desejam desenvolver parcerias em projetos mais participativos, mas as reticências surgem porque o processo dialógico não é uma metodologia familiar para eles [26]. Para facilitar este processo, a instauração de um mobilizador, por comunidade, com o papel de unir as famílias em torno do projeto de produção de plantas medicinais revela ser um caminho propício à construção da confiança com os atores externos ao MST. Trata-se de uma pessoa conhecida de todos, compartilhando as mesmas realidades, como pessoa de recursos, que faz a ligação entre os outros atores e a comunidade.

A desconfiança das comunidades pode vir, também, de um espaço-tempo diferente e de iniciativas institucionais alheias a sua realidade. De forma geral, o tempo do agricultor e o do pesquisador não são os mesmos. O segundo utiliza muito seu tempo com a burocracia. Na verdade, os agricultores da Bahia e os de São Paulo consideram os processos formais muito longos, refletido na burocracia brasileira. As etapas de pesquisa de muitos projetos utilizam muito tempo entre o desenvolvimento de um produto e o momento em que o produto aparece para o consumidor. Esta burocracia desmotiva os produtores [27].

Observou-se na Bahia, que a burocracia atrasou o processo de plantação. Os recursos financeiros não haviam sido liberados para a compra de todos os equipamentos necessários para utilização no jardim e no berçário de plantas medicinais. A comunidade ficou esperando e perdeu a confiança. O mobilizador é uma referência, e também alvo de muitas críticas sobre a lentidão dos processos e sobre a implementação real do projeto [28]. No caso, é o mobilizador quem recebe as críticas feitas às instituições parceiras, como a FIOCRUZ. Embora haja necessidade de organização, as comunidades vivem dificuldades para se inserirem no sistema institucional formal. Elas dificilmente aceitam todas as regras que lhes são impostas e duvidam do interesse real dessas iniciativas. As famílias camponesas têm necessidades de provas concretas para acreditar no projeto. O tempo dispendido sem respostas concretas aumenta as suas dúvidas, as quais só desaparecerão após a concretização dos pactos. Essas formas diferentes de funcionar e a desconfiança criam, às vezes, conflitos na rede. Estes tendem a ser vistos de forma positiva, permitindo que a cooperação real seja elaborada através dos discursos. De fato, a cooperação não pode desenvolver-se na rede se o conflito não for aceito por todos os parceiros como uma ferramenta e um elemento construtivo e não destrutivo. As características negativas do conflito são frequentemente enfatizadas. Portanto, trabalhar o aspecto positivo do conflito é significativo para o estabelecimento de uma parceria horizontal, sem hierarquia do saber.

Para permitir que as tensões presentes nas RedesFito se revelassem, utilizou-se a Socianálise, uma metodologia de intervenção em grupos, que possibilita aos participantes se reunirem e serem confrontados

através do diálogo. A Socianálise é uma metodologia de pesquisa ação ^[31], adotada pelo NGBS, desde 2010, para intervenções nos grupos em conflito. Tal metodologia foi apresentada ao NGBS por Christiane Gilon e Patrice Ville, que coordenaram intervenções anuais em reuniões promovidas pelo núcleo. Nenhuma Assembleia Socianalítica, porém, foi realizada nos projetos do extremo sul da Bahia e Itapeva-Itaberá, mas foi realizada em outros AELs e dentro do NGBS no Rio de Janeiro. As entrevistas com pessoas que vivenciaram uma das intervenções revelaram que estes caracterizam a Socianálise como uma ferramenta para clarificar conflitos na rede. Ela permite compartilhar diferentes opiniões, constituindo saberes de um e de outros que não estão conscientes. É neste sentido que se trata de um processo dialógico. A Socianálise permite que cada um se expresse e revele sua análise sobre o assunto. Assim, não se trata mais de analisar somente o mal-estar vivenciado pelos representantes das instituições, mas possibilitar a vivência a todos os envolvidos. Dessa forma permite-se tornar público o não-dito e o conflito, benéfico na resolução do problema ^[15].

Com o objetivo de melhorar a organização da rede, composta de múltiplos atores, antes de tudo, seres humanos, com suas competências próprias e suas divergências, a intervenção socianalítica permite mediar os problemas particulares destacados, detalhá-los, explicá-los para agir sobre eles. A ênfase é colocada, particularmente, sobre a revelação dos conflitos latentes, que impedem o bom desenvolvimento da rede, e, quando os desacordos não são expressos, a rede se torna menos produtiva. Assim, um dos desafios das RedesFito é «forjar uma representação positiva do conflito» ^[30]. Há, também, um sinal de que a cooperação real está em processo de se instalar, preservando o lugar de cada ator. Embora nas etapas seguintes continuem a tomar medidas para alcançá-la a nível local, a ampliação do conhecimento de cada parceiro permitirá instalar a confiança e o diálogo, necessários para a evolução do projeto.

Conclusão

Esta pesquisa de campo permitiu examinar a situação de três pilares que constituem um caminho para a educação popular na rede: a construção dialógica dos saberes; a emancipação e o poder de agir dos agricultores; a cooperação. Categorizar essa experiência como uma iniciativa de educação popular foi difícil de alcançar. Na verdade, é preciso falar antes de situações ou de experiências locais que são características da educação popular com parceiros associados ao projeto, como por exemplo, o projeto do extremo sul da Bahia e a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto ou mais amplamente, a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social que tem como modelo a educação popular. Cada projeto tem suas particularidades, por exemplo, no extremo sul da Bahia, o diálogo dos saberes esteve presente desde o início do projeto, diferente de Itapeva-Itaberá, que teve processos mais lentos para se instalar. As RedesFito tentam ultrapassar algumas relações de poder criando parcerias onde o agricultor tem seu lugar da mesma forma que os outros atores. Estas dificuldades são inerentes ao trabalho em rede onde cada um aprende trabalhar na transdisciplinaridade e com diálogo, embora algumas vezes esse processo seja habitualmente disciplinar com relações hierárquicas instaladas.

Por outro lado, também é difícil de responder às injunções da participação popular de alguns atores que se constituíram e construíram seu trabalho sob relações de dominação. Assim, as RedesFito está numa fase de construção dialógica do saber coletivo em torno das plantas medicinais, tentando, além das questões culturais e de saúde, valorizar os agricultores, dando-lhes o poder e iniciando a transformação social, econômica e política. Para avançar sobre os critérios de educação popular, o NGBS criou o Observatório Socianalítico das práticas, no qual se propõem a discutir o funcionamento da rede, a partir da reflexão de

cada um, incluindo nesta pesquisa de campo a voz dos atores dos AELs. É necessário sublinhar que depois de sua criação, as RedesFito conheceram os avanços dos sólidos Arranjos Ecoprodutivos Locais, a força das ferramentas, a criação de parcerias, apesar das dificuldades. Seu reconhecimento institucional tem ainda um caminho a ser feito para que possa se implantar na altura de suas possibilidades. Cada projeto local luta, a cada dia, para sobreviver encontrando a autonomia de seu financiamento e dos atores que desejam se juntar à experiência.

A comunicação em uma determinada rede, difundida no território nacional, é uma das dificuldades para enfrentar ao longo do tempo as ferramentas que são criadas pelos seus membros para facilitar as observações e comunicar as diferentes experiências que se desenrolam nos quatro cantos do país. Esses obstáculos que afrontam a rede constituem uma barreira para implantar uma atitude cooperativa. O desafio desta rede é a integração dos agricultores produtores de plantas medicinais, como parceiros completos das RedesFito, bem como da Fiocruz, governos públicos locais, empresas, universidades e de outros atores. Trata-se de respeitar esse lugar, que a eles deve ser dado, pela dignidade e, na prática, para melhorar a integração que no discurso de uma grande parte dos parceiros é "fundamental", mas que só pode ser feita através de uma cooperação real. Em nível nacional, este lugar poderá evoluir quando a burocracia e a legislação considerarem a realidade local desses atores, pois hoje ela constitui uma forte barreira para sua inserção na cadeia produtiva de plantas medicinais.

Em síntese, conclui-se que a construção dialógica dos saberes, a emancipação e o poder de agir dos agricultores e a cooperação são os três pilares para a Educação popular na rede. Cada projeto, AEL/São Paulo e AEL/Bahia, têm particularidades e realidades locais. O Observatório Socianalítico permite avaliar os avanços para o conhecimento dos AELs bem como a força dessa ferramenta e a criação de parcerias, apesar das dificuldades. A comunicação na rede ainda é uma das dificuldades a ser enfrentada, pois sua falta é uma barreira na implantação de atitudes cooperativas. O desafio da rede é a integração dos agricultores produtores de plantas medicinais, como parceiros completos das RedesFito, bem como da Fiocruz, das instituições e empresas públicas e privadas, de governos locais, entre outros.

Agradecimentos

Ao Acordo de Cooperação Internacional entre a Universidade Paris 8 de Saint-Denis e a Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ-RJ; aos orientadores: Christiane Gilon, Mônica Macedo-Rouet, Jean-Louis Le Grand, Maria da Conceição do N. Monteiro e Glauco de Kruse Villas Bôas; à todos os atores envolvidos na pesquisa de campo; ao Ministério de Educação Superior e Pesquisa (AMI); ao Programa Idefi-Créa, e ao Conselho Geral de Morbihan com a bolsa Campus Trotter 56.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. 1ª ed. Brasília. DF: 2006; 60p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1092-1.
2. Villas Bôas GK, Gilon C. Contribuição ao debate sobre o papel da inovação em medicamentos a partir da biodiversidade. **Rev Fitos**, Rio de Janeiro, abr./jun. 2016; Vol, 10(2):95-219. ISSN 244-4775. [[CrossRef](#)].

3. Freire P. **Pédagogie des opprimés. Suivi de: Conscientisation et révolution**. Paris: F. Maspero; 1983. 205p. (Petite collection Maspero).
4. Peloso R. **A retomada do trabalho de base. Consulta Popular: “Trabalho de base”**. Expressão Popular. Out 2001; (4):17-36. ISBN 978-85-7743-205-9.
5. Brandão CR. **O que é Educação Popular**. 1ª ed. São Paulo. Brasiliense. 2006. 110p. ISBN-10: 8511000941.
6. Freire P. **Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro**. Brasil. Editora Paz e Terra. 2001; 93p.
7. Freire P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 192p. ISBN-10: 8577531651.
8. Brandão CR. Pesquisa participante. In: Ferraro Junior LA. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras/es ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental. 2005; 1:257-266. 358p. ISBN 85-7300-200-X.
9. Ferraro Junior LA. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005; vol. 1: 358p. ISBN 85-7300-200-X.
10. Viezzer ML. Pesquisa-Ação-Participante (PAP): origens e avanços. In: Ferraro Junior LA. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. 1(35): 277-294. ISBN 85-7300-200-X.
11. Oliveira HT. Pesquisa-ação-participante ou pessoas que aprendem participando: de qualquer maneira, PAP!. In: Oliveira HT, Santos SAM, Dominguez IGP, Kunieda E. (Org.). **Os fundamentos e as Políticas Públicas de Educação Ambiental na constituição do Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região**. 1ª ed. São Carlos: Gráfica e Editora Futura. 2011; p. 47-57.
12. Dominguez IGP, Kunieda E, Oliveira SM, Marpica NS, Santos SAM, Oliveira HT. (Orgs.). **Sistematização das interações educativas das pessoas que aprendem participando** 1ª ed. (2007-2008). Projeto Viabilizando a Utopia (ViU) 2005-2011. São Carlos. Gráfica e Editora Futura. 2011.152p.
13. Fernandes FMB. **Considerações metodológicas sobre a técnica da observação participante**. In: Mattos RA, Baptista TWF. Caminhos para análise das políticas de saúde. 2011; p. 262-274. Disponível em: [\[Link\]](#).
14. Lapassade G. **Observation participante**. In: Vocabulaire de psychosociologie ERES. 2002; 375p. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 08 mar 2016.
15. Gilon C, Ville P. **Les arcanes du métier de socialanalyste institutionnel: manual pratique**. Sainte-Gemme: Presses universitaires de. 2014; 180p. (Socianalyse).
16. Freitas L, Morin E, Nicolescu B. (Comité de Rédaction). **Charte de la Transdisciplinarité** CIRET-Centre International de Recherches et etudes transdisciplinaires. 1994. Acesso em: 27 jul 2016. Disponível em: [\[Link\]](#).
17. Morin E. **Science avec conscience**. Paris. France. Seuil: Fayard DL. 1990; 315p. ISBN 2020120887.
18. Da Veiga Junior VF. Estudo do consumo de plantas medicinais na região Centro-Norte do estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. **Rev Bras Farmacogn**. Abr/Jun 2008; 18(2): 308-13. ISSN 1981-528X. [\[CrossRef\]](#).
19. Gilon C, Villas Bôas GK, **Le REDEFITO – Réseau brésilien d’innovation en médicaments de la biodiversité-: une contribution au débat sur le rôle de l’innovation**. In: Encyclopédie du Développement Durable. 2016. Disponível em: [\[Link\]](#). Acesso em: 20 jul 2016.

20. Silvello CLC. **O uso de plantas medicinais e de fitoterápicos no SUS: uma revisão bibliográfica**. 2010. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Enfermagem]. Disponível em: [[Link](#)]. Acesso em: 29 jul 2016.
21. Bacqué MH, Mechmache M. **Pour une réforme radicale de la politique de la ville – Citoyenneté et pouvoir d’agir dans les quartiers populaires**. Ministère de l’Égalité des territoires et du Logement/Ministère Délégué à la Ville. Juill 2013. 97p.
22. Peterson P. **L’agroécologie comme dépassement du paradigme de la modernisation**. In: Delcourt L, éditeur. *Agroécologie: enjeux et perspectives: Points de vue du Sud*. Louvain-la-Neuve; Paris: Centre tricontinental; Éd. Syllepse. 2014; *Fundación Dialnet*. 21(3):87-106. (*Alternatives Sud*). ISSN 1026-2253.
23. Mazalla Neto W. **Agroecologia e movimentos sociais entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**, 2014; Tese de Doutorado [Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Faculdade de Engenharia Agrícola], Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.]. 2014.
24. Carreira L, Alvim NAT. O cuidar ribeirinho: as práticas populares de saúde em famílias na ilha Mutum, Estado do Paraná. **Acta Scient Maringá**, 1 jan 2002; 24(3):791-801. [[CrossRef](#)].
25. Piccinini GC. **Plantas medicinais utilizadas por comunidades assistidas pelo Programa Saúde da Família, em Porto Alegre: subsídios à introdução da fitoterapia em atenção primária à saúde**, 2008. Tese de Doutorado [em Agronomia - Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. 2008. Disponível em: [[Link](#)]. Acesso em: 29 jul 2016.
26. Lomba C, Michel H. **Présentation. Savoir Agir-Médicam Dessous Une Marchand**. (16): 9-11.
27. Siliprandi E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2015. ISBN: 978-85-7108-400-1.
28. Apolinário P. **O protagonismo das agricultoras na produção de plantas medicinais, com a perspectiva agroecológica no assentamento de reforma agrária Pirituba II**. Trabalho de Conclusão de Curso [graduação em Agronomia]. Sorocaba - São Paulo, Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, *Campus Sorocaba*. 2015.
29. Douard O. La Coopération. In: Loncle P, éditeur. **Coopération et education populaire**. Paris: Harmattan. 2002; (Les Francas). ISBN 978-2-296-96763-2.
30. Escot C. La coopération, outil Critique de la dominance. In: Loncle P, éditeur. **Coopération et éducation populaire**. Paris: Harmattan. 2012. P.71-86. ISBN 978-2-296-96763-2.
31. Barbier R. **La recherche action**. Paris, France: Anthropos: Editeur Économica, DL 1996; 112p. ISBN - 10: 2717830626.

Histórico do artigo | Submissão: 05/02/2019 | Aceite: 16/10/2019 | Publicação: 08/11/2019

Conflito de interesses: O presente artigo não apresenta conflitos de interesse.

Como citar este artigo: Burban M, Monteiro MCN. A Rede de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade/RedesFito sob o olhar da Educação popular: Estudo de caso de Arranjos Ecoprodutivos Locais na Cadeia produtiva de plantas medicinais. **Revista Fitos**. Rio de Janeiro. 2019; 13(3): 163-180. e-ISSN 2446.4775. Disponível em: <<http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/736>>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

Licença CC BY 4.0: Você está livre para copiar e redistribuir o material em qualquer meio; adaptar, transformar e construir sobre este material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente, desde que respeitado o seguinte termo: dar crédito apropriado e indicar se alterações foram feitas. Você não pode atribuir termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam outros autores de realizar aquilo que esta licença permite.

